

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, PRÁTICAS E QUALIDADE DO ENSINO

Eduardo Khater

Resumo

A Educação Infantil é um estágio crucial no em todos os aspectos do desenvolvimento (cognitivo, social e emocional) das crianças, servindo como base para suas futuras trajetórias educacionais bem como para o desenvolvimento integral das crianças. A formação adequada dos profissionais que atuam nesse segmento, incluindo professores, auxiliares e outros envolvidos na comunidade escolar, é um pilar essencial para garantir tal qualidade. Atualmente, essa formação não é apenas um requisito legal, mas uma necessidade premente para promover práticas pedagógicas eficazes e adequadas ao desenvolvimento infantil. No presente estudo observou-se que há desafios postos, desde a disponibilidade de recursos e acesso à capacitação até a adaptação das abordagens de ensino às demandas em contínua evolução das crianças na atualidade. Buscou-se explorar a formação profissional para a Educação Infantil analisando os desafios enfrentados pelos profissionais, as práticas de formação continuada e os impactos destas iniciativas na qualidade do ensino oferecido. A abordagem adotada inclui uma revisão bibliográfica respaldada em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), além da consideração de autores relevantes na área, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2010) e também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, buscando entender os desafios e práticas existentes na formação do profissional da Educação Infantil. Os resultados e discussões estão embasados em uma revisão crítica da literatura e a partir da observação da prática profissional de professores e auxiliares de uma escola infantil no interior de São Paulo. Espera-se que este estudo contribua para a identificação de desafios comuns nas práticas de formação existentes e avaliação dos impactos dessas na qualidade do ensino oferecido. Com base nos resultados, são propostas recomendações práticas e políticas para aprimorar a formação profissional na Educação Infantil e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do ensino nessa etapa educacional.

Palavras-chave: Educação Infantil; Formação Profissional; Qualidade do Ensino; Políticas Educacionais.

PROFESSIONAL TRAINING FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES, PRACTICES, AND TEACHING QUALITY

Abstract

Early Childhood Education is a crucial stage in children's cognitive, social, and emotional development, serving as the foundation for their future educational trajectories as well as for their overall development. The proper training of professionals working in this sector, including teachers, assistants, and others involved in the school community, is an essential pillar to ensure such quality. Currently, this training is not only a legal requirement but also an urgent need to promote effective pedagogical practices appropriate for child development. In this study, challenges have been observed, ranging from the availability of resources and access to training to the adaptation of teaching approaches to the constantly evolving demands of children in contemporary society. The aim was to explore professional training for Early Childhood Education by analyzing the challenges faced by professionals, continuous training practices, and the impacts of these initiatives on the quality of education offered. The approach adopted includes a literature review supported by official documents such as the Law of Guidelines and Bases (1996) and the National Curricular Reference for Early Childhood Education (1998), as well as the consideration of relevant authors in the field, the Curricular Guidelines for Early Childhood Education (2010), and the National Common Curricular Base (BNCC, 2018). This is an exploratory and descriptive research, seeking to understand the challenges and existing practices in the training of professionals in Early Childhood Education. The results and discussions will be based on a critical review of the literature and from the observation of the professional practice of teachers and assistants in a nursery school in the interior of São Paulo. It is expected that the research will contribute to the identification of common challenges in existing training practices and the assessment of the impacts of these on the quality of education offered. Based on the results, practical and policy recommendations are proposed to improve professional training in Early Childhood Education and, consequently, improve the quality of education at this educational stage.

Keywords: Early Childhood Education; Professional Training; Teaching Quality; Educational Policies.

Introdução

Ser professor é uma tarefa que requer não apenas formação adequada, mas também disponibilidade, vontade, dedicação e tempo. O sentido atribuído ao processo de aprendizagem é crucial, pois quando não é significativo para o professor, dificilmente o será para os alunos.

Há um consenso na literatura de que a Educação Infantil representa um estágio crucial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, servindo como alicerce para suas futuras trajetórias educacionais. É ela que prepara o sujeito para as próximas etapas no contexto do ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a qualidade da educação oferecida nessa etapa desempenha um papel fundamental na formação integral das crianças. Para garantir essa qualidade, um dos pilares essenciais é a formação adequada dos profissionais que atuam neste segmento, incluindo não só professores e auxiliares, mas também todos os que, de alguma forma, têm contato com as crianças em uma comunidade escolar.

A formação profissional dos educadores é um requisito legal em muitos municípios e também uma necessidade quando se pensa na promoção de práticas pedagógicas eficazes e adequadas ao desenvolvimento humano. No entanto, há uma série de desafios, que vão desde a disponibilidade de recursos e acesso à capacitação até a adaptação das abordagens de ensino às demandas em constante evolução das crianças.

Em breve leitura histórica sobre a formação dos profissionais da educação de crianças percebe-se uma contradição no que diz respeito à formação para atuação nos quesitos de ensino-aprendizagem. Até há poucas décadas, a criança não era vista como um ser de direitos, mas apenas de necessidades. Com frequência, os profissionais que trabalhavam em creches eram enfermeiras, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais e atendentes sem formação específica para lidar as questões específicas do desenvolvimento infantil. Os jardins de infância e escolas maternas (educação pré-primária) eram considerados uma extensão do ambiente doméstico. Não raro, as creches eram administradas por médicos, assistentes sociais ou irmãs de caridade, o que não exigia uma formação focada no desenvolvimento humano, mas cuidavam essencialmente das necessidades básicas e de higiene das crianças atendidas.

De acordo com Arce (2001b, p. 182), a visão do profissional de educação infantil, conforme as diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação nas décadas de 1970 e 1980, era retratada como uma mulher que se apresentava com uma natureza educadora, inerentemente passiva, paciente, amorosa e sensata, em prejuízo de uma formação própria para o trabalho.

Até meados da década de 1980, a legislação brasileira referente à educação de crianças de 0 a 6 anos apresentava diversas lacunas, refletindo uma política governamental que subestimava essa área e, conseqüentemente, seus profissionais. Durante o processo de elaboração da Constituição, esse cenário tornou-se objeto de investigação, debate e reivindicação por parte de diversos segmentos da sociedade brasileira. Surgiu então um movimento crítico em favor de mudanças na educação infantil.

Considerando os avanços teóricos, as alterações legais e normativas no campo da Educação Infantil, as lutas dos movimentos sociais organizados e as exigências para expandir e aprimorar a qualidade do atendimento, algumas questões se tornaram mais relevantes. Entre elas, destaca-se a formação dos professores de Educação Infantil.

No contexto da elaboração da LDB de 1996, defendia-se a necessidade de melhorar a formação inicial e continuada desses profissionais. Essa demanda foi em parte contemplada na lei que define que a formação dos profissionais da educação deve ter como fundamento uma sólida formação básica e a associação entre teorias e práticas.

Apesar de toda a discussão sobre a formação dos professores para atuar na Educação Básica e a defesa de que esses profissionais deveriam ter formação em curso superior de licenciatura, essa proposta

não alcançou completamente todos os docentes sem a necessidade de complementos legais e normativos. Entre esses complementos, podem ser destacadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, que abordam, de forma específica, a formação dos professores de Educação Infantil. Ao estabelecer suas diretrizes, o Plano demonstrava preocupação com a formação docente e afirmava que os profissionais da Educação Infantil deveriam receber uma atenção especial (BRASIL, 2001).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o compromisso do Estado para garantir o acesso a creches e pré-escolas de crianças de 0 a 6 anos. Com a promulgação deste Estatuto, foram instituídas comissões municipais e conselhos tutelares, com o propósito de conscientizar a sociedade sobre o direito social à proteção das crianças, incluindo o direito à educação.

Para demonstrar o reconhecimento do direito das crianças a educação infantil serão destacados alguns artigos da própria Constituição Federal: no art. 205, a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”. E no art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:[...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

Por isso, a educação infantil pode ser entendida como um direito que deve ser assegurado às crianças. Nesse sentido, há também o art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes [...] à educação”. Na Lei 9.394/1996 em seu artigo 4º, inciso IV, é assegurado o direito das crianças de zero a seis anos de idade, o atendimento gratuito em creches e pré-escolas. E no art. 29 da mesma lei, verifica-se que a educação infantil é destinada às crianças de até seis anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família comunidade, objetivando o desenvolvimento global das crianças nos seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. De acordo com a Constituição, é dever do Estado oferecer a educação infantil, mas como o Estado não consegue atender a toda a demanda que possui, ele atua como um ente regulador, orientando as escolas particulares a se adequarem para suprir o que ele não consegue fazer, e os pais acabam arcando com os custos de escola particular.

Novamente a preparação dos professores de educação infantil torna-se um tópico de discussão nas conversas que precederam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), abordando a articulação da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), bem como diversos setores sociais. Essa articulação representa um marco expressivo na área, resultando na formulação de diretrizes para uma política de atendimento no que se refere à Educação Infantil.

Dentre essas diretrizes, destacam-se duas que refletem uma mudança de ênfase na área: a concepção do cuidar e educar como responsabilidade da Educação Infantil e a exigência de formação de para professores dos anos iniciais da educação (creche e pré-escola).

As questões pertinentes à criança e adolescentes passam a ser consideradas prioritárias, seja pela sua importância no âmbito das políticas, ou pela escassez das informações contidas nos estudos existentes.

No Brasil, a população de 0 a 6 anos abrange aproximadamente 21,9 milhões de crianças (IBGE, 2022), muitas das quais enfrentam condições de vida precárias em situações adversas de vulnerabilidade em uma das fases consideradas mais importantes para o desenvolvimento humano. Algumas destas situações podem em certa medida ser de alguma forma amenizadas pela escola.

A importância da educação infantil deriva de uma variedade de fatores. Um primeiro fator surge das significativas transformações no papel da mulher na sociedade atual, resultando, por conseguinte, em alterações nos arranjos familiares relacionados à proteção, cuidado e educação dos filhos. A educação infantil, além de ser um direito intrínseco à criança, constitui-se um direito da família e uma demanda da atualidade, na qual a mulher desempenha papel ativo no trabalho e participa plenamente da vida social, em conformidade com a igualdade de direitos com os homens. Este reconhecimento encontra respaldo na Constituição, mais especificamente no Artigo 6º, que afirma “[...] são direitos sociais: a educação, a saúde,

[...] a proteção à maternidade e à infância...", inserido no capítulo que aborda os direitos sociais (CAMPOS, 1999).

Em 1996, a legislação isenta a obrigatoriedade desse nível de ensino, destacando como objetivo o desenvolvimento integral da criança, em complemento ao papel da família e da comunidade. No entanto, essa mesma legislação especificou a necessidade de formação adequada para os profissionais que atuam na educação infantil e determinou a incorporação das creches e pré-escolas aos sistemas de ensino.

Outros documentos importantes para balizar a formação profissional, foram o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), de caráter orientador (OCDE/ UNESCO, 2005), e as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no inciso V do artigo 11, estabelece as atribuições dos municípios, que incluem a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental. A atuação em outros níveis de ensino só é permitida quando as necessidades da área de competência municipal estiverem plenamente atendidas e houver recursos financeiros acima dos percentuais mínimos determinados pela Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi chancelada pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017. A implementação da BNCC na educação infantil e no ensino fundamental começou a ser obrigatória a partir de 2020. Este documento normativo estabelece as diretrizes e competências essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica no Brasil. Na educação infantil, a BNCC desempenha um papel crucial, pois orienta a organização das práticas pedagógicas e garante a construção de uma base sólida para o desenvolvimento integral das crianças. Ela valoriza uma abordagem que respeita as especificidades de cada etapa do crescimento infantil, priorizando experiências lúdicas, interativas e significativas que promovem o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor.

De acordo com as diretrizes e leis acerca da educação de crianças e adolescentes os debates apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil assimilem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais fragmentando nem criando hierarquias entre os profissionais e instituições, independente da fase do desenvolvimento que atendem. Neste sentido, este estudo se propõe a explorar a formação profissional para atuação na Educação Infantil, analisando os desafios enfrentados pelos profissionais, as práticas de formação continuada e os impactos dessas iniciativas na qualidade do ensino oferecido

Material e Métodos

Sobre os procedimentos técnicos utilizados, buscou-se trabalhar inicialmente com uma pesquisa bibliográfica, buscando fontes para esse estudo por meio de livros e artigos de autores que tratam do tema. Conforme Gil (2002, p. 44) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside na sua capacidade de ampliar o escopo da investigação, permitindo ao pesquisador explorar um tema em profundidade, identificar lacunas de conhecimento, dialogar com outros autores e ampliar seu repertório teórico.

A abordagem deste estudo é apoiada em documentos oficiais sobre a educação infantil como a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998).

Consideraram-se também alguns autores relevantes que abordam a questão profissional na área da educação, bem como a experiência de observação direta da atuação de profissionais em uma escola infantil. O estudo teve caráter exploratório descritivo buscando compreender os desafios e práticas existentes na formação profissional, bem como os limites e potencialidades desta formação para atuar na Educação Infantil.

Resultados e Discussão

Ao longo de sua trajetória, as instituições de educação infantil no Brasil têm revelado uma notável duplicidade em suas propostas de atendimento às crianças pequenas. Nas últimas décadas, tornou-se evidente a coexistência de duas abordagens distintas, cada qual atribuindo funções específicas: enquanto às creches foi destinada a missão de promover beneficência e cuidado, os jardins de infância ou pré-escolas foram incumbidos da função educativa. Esta dualidade de propósitos, marcante ao longo do século XX, continua a persistir em algumas instituições, desencadeando reflexões cruciais acerca da efetividade desses modelos e das implicações para o desenvolvimento integral das crianças.

A concepção de creches como espaços primordialmente dedicados à beneficência e ao cuidado remonta a períodos históricos nos quais a assistência às crianças pequenas estava, muitas vezes, intrinsecamente vinculada a iniciativas de caridade e filantropia. Nesse contexto, as creches emergiram como resposta à necessidade de oferecer amparo a crianças cujas famílias enfrentavam desafios socioeconômicos significativos. Contudo, à medida em que as sociedades evoluíram, as creches mantiveram, em alguns casos, uma abordagem assistencialista, desviando-se, por vezes, do potencial de promoção de desenvolvimento integral das crianças.

Por outro lado, os jardins de infância e pré-escolas tinham uma missão educativa inspirada por ideais pedagógicos e movimentos educacionais, buscando proporcionar às crianças pequenas não apenas cuidado físico, mas também estímulos cognitivos e sociais que promovessem seu desenvolvimento integral. O enfoque na educação pré-escolar como essencial para o futuro sucesso acadêmico e social das crianças tornou-se uma premissa fundamental, influenciando políticas públicas e práticas educacionais.

A persistência dessa dicotomia na atualidade suscita questionamentos profundos sobre as implicações para a equidade educacional e o pleno desenvolvimento das crianças. Em um cenário em que o acesso à educação infantil é reconhecido como um direito fundamental, é necessário avaliarmos como as diferentes abordagens adotadas pelas creches e pré-escolas impactam a preparação das crianças para os desafios do mundo contemporâneo. A continuidade dessa dualidade pode gerar disparidades significativas no desenvolvimento socioemocional, cognitivo e motor das crianças, reforçando desigualdades já presentes em outros aspectos da sociedade.

Diante desse contexto, é crucial repensar os modelos de atendimento às crianças pequenas, buscando integrar as dimensões de cuidado e educação de maneira que reconheça a interdependência dessas dimensões no processo de desenvolvimento infantil. Tal reconfiguração demanda não apenas mudanças em políticas educacionais, mas também na formação de profissionais que atuam (ou pretendam atuar) nesse contexto, promovendo uma visão unificada e abrangente do papel das instituições de educação infantil na sociedade contemporânea.

A partir das análises bibliográficas, pode-se observar a dualidade nas propostas de atendimento às crianças pequenas, manifesta nas funções distintas atribuídas às creches e pré-escolas, o que representa um desafio significativo para a efetiva promoção do desenvolvimento integral das crianças no contexto brasileiro. A superação deste modelo antigo de fazer a educação infantil emerge como uma necessidade premente, demandando esforços concertados de formuladores de políticas, educadores e demais agentes envolvidos na construção do futuro das gerações vindouras.

Diversas evidências indicam que a distinção não se faz entre creche e pré-escola, mas sim que a diferenciação institucional está relacionada à sua finalidade social. Tanto a creche quanto a pré-escola têm se estabelecido historicamente como instituições educacionais (KUHLMANN JUNIOR, 1999, p. 53).

Para analisar os limites e potencialidades da formação profissional apresentados aos profissionais foram abordados alguns pontos relacionados à formação como a estrutura dos cursos e modalidades de ensino.

Desafios na Formação Profissional

Cada indivíduo tem uma maneira diferenciada de aprender, alguns mais acelerados outros mais lentos; o fato é que existe um processo de aprendizagem que precisa ser respeitado para haver o sucesso esperado no desenvolvimento das habilidades e potencialidades. Com os profissionais da educação não é diferente. Dentre os desafios que podemos elencar para a formação está a disponibilidade de recursos adequados para a capacitação, o currículo dos cursos oferecidos e a modalidade de ensino (presencial / distância / híbrido) enquanto preocupações em comum, influenciando diretamente na qualidade do aprendizado proporcionado às crianças.

As práticas de formação continuada também impactam diretamente nesse aspecto. Constatou-se uma diversidade de abordagens, desde cursos formais até estratégias informais de aprendizado. A participação ativa em comunidades de prática e o compartilhamento de experiências entre os profissionais foram destacados como aspectos positivos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) estabelece como formação mínima para atuação em salas de aula com crianças de zero a cinco anos o ensino médio na modalidade normal, ressaltando, porém, a importância da formação superior. Ainda assim, muitos profissionais (denominados "professores" de forma ampla) atuam fora desses padrões exigidos.

Segundo Kishimoto (1999), a falta de preparo para a docência é ainda mais acentuada no atendimento em creches. Essa questão é, de fato, difícil de solucionar, dado o histórico de abandono e desatenção – resultado de políticas que excluem esses profissionais do campo educacional – o que resulta em um número expressivo de leigos, não facilmente quantificado pela ausência de informações e estatísticas.

Mesmo em grandes centros urbanos, o requisito mínimo ainda é o ensino fundamental, e há muitos que sequer completaram esse nível. As alternativas para minimizar o problema são limitadas: a exclusão é a opção mais evidente nesses casos. Outra possibilidade seria promover a qualificação desses profissionais por meio de programas em parceria com diferentes organizações. Contudo, a autora lamenta que a desativação precoce dos cursos de magistério em nível médio indique, infelizmente, a primeira opção (KISHIMOTO, 1999, p.63). Já Cruz (2010) sugere que o processo contínuo de formação para educadores de infância deve focar no aprimoramento constante de sua prática.

Nesse contexto, ele propõe uma nova concepção de formação docente que vai além da visão tradicional, integrando ao modelo formativo a contextualização do ambiente em que o professor atua, uma vez que a prática docente é diretamente influenciada pela instituição em que se trabalha. Para o autor, essa medida é inovadora e eficaz, pois amplia a formação continuada ao agregar conhecimentos e práticas ancorados no próprio contexto profissional do educador (CRUZ, 2010, p. 361).

Kramer (2013, p. 311) esclarece que a formação tem como objetivo, mudar a perspectiva que se tem quanto a uma ação ou situação. Ela também afirma que "todo processo formativo que assume responsabilidade pelo outro e ocorre por meio do diálogo deve garantir autoria e autonomia" como aspectos fundamentais da atuação que são adquiridos no trabalho e na formação.

No que se refere à avaliação dos impactos das práticas de formação continuada na qualidade do ensino, a literatura evidencia resultados positivos. Indicadores como o desenvolvimento das crianças, a satisfação dos pais e o aprimoramento das competências profissionais dos educadores apresentaram melhorias perceptíveis em contextos em que a formação continuada é mais robusta e eficaz. A revisão crítica da literatura sobre a formação de professores e auxiliares na Educação Infantil destaca fundamentos teóricos essenciais e práticos relevantes. Questões relacionadas à interdisciplinaridade, abordagens centradas na criança e a integração do cuidado com o ensino são inclusive alguns dos aspectos-chave a serem considerados.

Para garantir a contínua melhoria das atividades cotidianas realizadas nas creches e na pré-escola, é fundamental que o profissional adote procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar

o desenvolvimento das ações e das crianças, promovendo uma observação crítica e criativa das atividades, brincadeiras e interações das crianças no dia a dia. No entanto, tais habilidades não são adquiridas nas universidades.

É na prática que os profissionais da educação aprendem a empregar os processos de aprendizagem, criando estratégias adequadas para lidar com os diferentes momentos de transição enfrentados pelas crianças. Para enfrentar as situações de ensino e aprendizagem, é necessário entrar em contato com uma variedade de elementos, incluindo uma formação geral baseada na integração de conhecimentos e características específicas próprias.

Nas discussões sobre formação, Noff (2008) destaca que o elemento essencial para essa formação não pode prescindir de considerar o coletivo, as condições socioambientais que norteiam o que, no fim, se considera a princípio da individualização. O caráter contínuo do processo de formação, a observância de princípios éticos e pedagógicos são indissociáveis na construção do desenvolvimento profissional.

É importante destacar que a formação precisa estar conectada a processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular para realmente incentivar aprendizados ou reaprendizados, promovendo a descoberta de novas abordagens de ensino acessíveis a todos. Nesse sentido, a pedagogia envolve um saber e uma prática que ultrapassam o simples domínio de teorias e metodologias. Não existe uma hierarquia de valor entre os tipos de conhecimento — teórico e prático — já que ambos são fundamentais para uma formação completa.

Parece cada vez mais desafiador para os formadores se tornarem profissionais do desenvolvimento humano, independentemente de estarem lidando com educandos na infância ou na idade adulta.

Apesar da necessidade de uma sólida formação teórica, a prática pedagógica se desenrola por meio de atividades que levam em consideração o indivíduo, seu contexto e suas etapas de aprendizagem. A formação dos profissionais da educação, em particular, valoriza a prática como uma fonte de conhecimento, não apenas como mais uma disciplina na matriz curricular, mas sim como um espaço curricular para desenvolver o pensamento prático do profissional. Nesse sentido, análises e reflexões sobre, para e durante a ação se tornam aspectos naturais do seu cotidiano de trabalho. Portanto, os cursos de formação em pedagogia devem adotar essas abordagens, buscando qualificar os profissionais e responsabilizar a instituição promotora pela sua função formadora.

Estudo Curricular

Uma revisão crítica da estrutura curricular dos cursos de Pedagogia no Brasil, ressalta a urgência de promover transformações substanciais nesse domínio. A complexidade crescente do ambiente educacional, marcado por diversidade, inovações tecnológicas e desafios sociais, demanda uma reconfiguração nas abordagens pedagógicas e conteúdos oferecidos durante a formação dos futuros pedagogos.

O curso de pedagogia no Brasil foi estabelecido como uma resposta à necessidade de preparar docentes para a educação secundária. Esse curso foi concebido em conjunto com as licenciaturas, que foram instituídas durante a organização da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, conforme estabelecido pelo Decreto-lei nº 1190 de 1939, conforme descrito por Aguiar (1999).

A prática pedagógica é considerada como um esforço coletivo da instituição educacional, derivado de seu projeto pedagógico. Isso implica que todos os professores envolvidos na formação do pedagogo devem participar, em diferentes níveis, do desenvolvimento teórico e prático de seus alunos. Nesse contexto, a interação entre teoria e prática é vista como um eixo fundamental na geração de conhecimento no âmbito do currículo. As estruturas curriculares dos cursos de pedagogia refletem desafios semelhantes aos identificados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), destacando a falta de definição no campo pedagógico e a dispersão quanto ao objeto da pedagogia e à prática profissional docente. Como resultado, a maioria desses cursos enfrenta dificuldades em formar tanto o pedagogo quanto o professor destinado aos primeiros anos da educação básica e à educação infantil.

Paralelamente à necessidade de uma formação especializada e profissional, muitas vezes são observadas dificuldades na busca por essa profissionalização. Embora, do ponto de vista do senso comum, essa formação seja associada à capacitação, ao ganho de status e à transição do amadorismo para a expertise, a busca por profissionalização é um objetivo compartilhado por diversos segmentos da área da Educação. Esses profissionais buscam especializações e aprimoramentos visando melhores condições de trabalho, remuneração e desenvolvimento de projetos alinhados com as políticas de formação.

Destaca-se ainda a necessidade premente de uma articulação mais efetiva entre teoria e prática, no que se refere a importância de experiências práticas enraizadas em fundamentos teóricos sólidos. Além disso, a incorporação adequada de tecnologias e inovações educacionais, conforme observado nos últimos anos com o crescimento das ofertas de cursos à distância, surge como um imperativo para a preparação dos pedagogos diante do cenário dinâmico e digital. A conclusão é que, diante dessas demandas, é essencial que as instituições de ensino superior revejam e atualizem continuamente suas estruturas curriculares, promovendo uma formação mais alinhada com as exigências contemporâneas.

Em suma, a análise aqui apresentada serve como um chamado à reflexão e à ação, instando as instituições educacionais, gestores, professores e demais envolvidos na formação de pedagogos a repensarem coletivamente o desenho dos cursos de Pedagogia.

Somente por meio de uma abordagem reflexiva e adaptativa, ancorada nas contribuições dos teóricos citados, será possível assegurar que os futuros profissionais da educação estejam verdadeiramente preparados para enfrentar os desafios e contribuir de forma efetiva para a construção de uma sociedade mais justa e educacionalmente equitativa.

EAD e a formação de professores

José Moran (2000) destaca que os professores podem inovar sua prática por meio do uso das novas tecnologias em sala de aula. Para isso, é necessário que se tornem orientadores do processo de aprendizagem e trabalhem de forma equilibrada, já que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) oferecem melhorias tanto no uso didático quanto pessoal e profissional.

Reconhecer as potencialidades tecnológicas para a educação é crucial para compreender a importância da formação continuada de professores, a fim de que possam adquirir novas competências para atuar como mediadores da aprendizagem. Nesse mesmo sentido, Nóvoa (2015) ressalta a criação de contextos de aprendizagem, ao afirmar que refletir sobre nossas formações inspira a busca por outras possibilidades de mudança, como a que estamos vivendo atualmente, especialmente diante das demandas formativas que emergiram no contexto da pandemia (2020-2021), incluindo o desenvolvimento de competências pedagógico-digitais a serem integradas à prática e ao currículo escolar. Assim, fica evidente a importância de acompanhar a evolução tecnológica no mundo contemporâneo (FEITOSA, 2019).

O debate sobre o atendimento a crianças em creches e pré-escolas embora ainda esteja ganhando espaço nas reflexões sociais, revela a necessidade de mudanças na concepção da infância e do papel do professor que trabalha com essa faixa etária. A educação continuada é uma necessidade para todos os professores que trabalham com crianças, está diretamente relacionada à prática docente e é enfatizada nos cursos de formação de professores. No entanto, não se resume à participação passiva em cursos, oficinas ou palestras; requer envolvimento em pesquisas que levem à reflexão e à busca por soluções para os problemas enfrentados no cotidiano escolar. Todo conhecimento produzido só tem eficácia se o professor conseguir incorporá-lo em sua prática e articulá-lo com seu desenvolvimento profissional.

A educação a distância nasceu da necessidade de oferecer formação e qualificação para pessoas que não tinham acesso ou condições de frequentar instituições de ensino presenciais. Com a pandemia de Covid-19, o cenário educacional do país passou por mudanças significativas, afetando desde o ensino fundamental até o médio, técnico e superior. A mudança mais marcante foi, sem dúvida, o fechamento das escolas como uma medida para conter a disseminação do vírus. Assim, todas as práticas educativas

que pudessem ser realizadas respeitando o isolamento social foram implementadas desde o início da crise sanitária.

Dessa forma, a educação a distância foi cada vez mais empregada e ajustada para atender à grande demanda de aprendizagem fora do ambiente escolar. Em 2020, a Portaria nº 343, publicada pelo Ministério da Educação, autorizou a substituição das aulas presenciais pelo formato EAD. Isso permitiu que todas as aulas, quando possível, fossem adaptadas para essa modalidade. Esse contexto trouxe novas possibilidades para a educação, facilitando a distribuição de conteúdo, interação com informações, recursos e com as próprias pessoas. Universidades, escolas, centros de ensino e empresas aumentaram a oferta de cursos a distância usando recursos tecnológicos variados, que podem incluir diferentes abordagens (PRADO e VALENTE, 2002, p. 15).

Entende-se que o aumento da procura por cursos à distância (ainda hoje) se dá pelas facilidades que esse tipo de ensino pode oferecer, uma vez que o aluno tem a possibilidade de estudar na comodidade de seu lar ou em qualquer outro lugar. Independente do dia da semana, feriado ou horário, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA tem proporcionado essa flexibilidade, juntamente com as novas tecnologias incrementadas. Esse modelo educacional oferece flexibilidade em relação aos horários, métodos de estudo e à necessidade de presença física em uma instituição. Essa flexibilidade é justamente o que possibilita a continuidade de inúmeros cursos de ensino superior, com diplomas reconhecidos pelo MEC, permitindo que os alunos estudem de acordo com suas rotinas e necessidades.

Para a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp, 2019), o novo e o antigo estão aptos ao credenciamento de competências numa nova ordem corporativa no Brasil. Foram observadas várias iniciativas de regulamentação profissional que são amplamente aceitas pela sociedade, como é o caso da Psicopedagogia. No entanto, essas iniciativas necessitam de validação oficial para garantir sua legitimidade. No Brasil, essa validação é alcançada quando um certificado de conclusão de curso é emitido por um órgão regulador estatal, cuja autoridade é expressa por meio de leis e regulamentos.

A formação a distância de pedagogos tem sido objeto interesse e debate, apresentando uma série de desafios a serem enfrentados no contexto educacional contemporâneo. Uma das principais dificuldades encontradas é a falta de interação presencial, o que pode comprometer o desenvolvimento de habilidades práticas essenciais para o exercício da profissão. Além disso, a ausência de supervisão direta dos professores e tutores pode dificultar a identificação e correção de lacunas no aprendizado, aumentando o risco de deficiências na formação dos pedagogos.

Outro desafio é a necessidade de adaptação dos conteúdos pedagógicos ao ambiente virtual, garantindo a qualidade do ensino e a efetividade da aprendizagem, sem perder de vista os princípios e métodos da pedagogia. Ademais, a formação à distância de pedagogos enfrenta o desafio da inclusão digital, uma vez que muitos estudantes podem encontrar dificuldades técnicas para acessar e utilizar os recursos disponíveis na plataforma virtual de ensino.

Além das dificuldades técnicas, há também desafios relacionados à motivação e disciplina dos estudantes, que precisam demonstrar autonomia e comprometimento para acompanhar os estudos de forma assídua e eficaz. No entanto, apesar dos desafios, a formação à distância de pedagogos apresenta diversas potencialidades e vantagens que não podem ser ignoradas. Uma das principais vantagens é a flexibilidade de horários e locais de estudo, que permite aos estudantes conciliar a formação acadêmica com outras responsabilidades profissionais e pessoais. Além disso, a formação a distância possibilita o acesso a conteúdo e recursos educacionais de diversas partes do mundo, enriquecendo o processo de aprendizagem e ampliando o repertório teórico dos futuros pedagogos.

No que tange à prática pedagógica, a formação à distância oferece oportunidades para o desenvolvimento de projetos educacionais inovadores e a experimentação de novas metodologias de ensino, contribuindo para a renovação do campo educacional.

Diante disso, é fundamental reconhecer que a formação a distância de pedagogos, embora apresente desafios e prejuízos, oferece também potencialidades e oportunidades para a qualificação e

aprimoramento dos profissionais da educação. Portanto, cabe às instituições de ensino e aos próprios estudantes explorarem ao máximo as vantagens dessa modalidade de formação, buscando superar os obstáculos e maximizar os benefícios em prol de uma educação de qualidade e acessível a todos.

A formação teórica na prática

Como já abordado no presente estudo, a necessidade de uma formação sólida tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, pois o profissional deveria fornecer as bases essenciais para seu crescimento cognitivo, emocional e social.

No entanto, a prática na área da educação infantil é complexa, dinâmica e desafiadora, e nem sempre a formação consegue suprir as necessidades práticas exigindo um constante aprimoramento e reflexão por parte dos profissionais envolvidos.

A observação desses profissionais pôde ser realizada de forma mais sistemática, a partir do trabalho do pesquisador enquanto gestor de uma escola de educação infantil. Assim, as considerações a seguir tiveram como fundamento uma observação direta e empírica. Por meio de um levantamento informal, constata-se que mesmo com a modalidade de ensino a distância (EAD), que proporciona maior acessibilidade e oportunidades para aqueles que trabalham buscarem a formação, o fator individual emerge como crucial, uma vez que o sucesso depende mais dos alunos do que da instituição.

Para além da aprendizagem, uma faculdade ou curso de formação tem como função social sistematizar e disseminar os conhecimentos entre pares. A ausência de suporte e interação humana nem sempre é suprida pelas plataformas digitais, resultando em dificuldades de contato e interação com os colegas de classe. Essas limitações acabam por relegar as práticas educacionais a um segundo plano, favorecendo aqueles que trabalham e possuem experiência prévia em outros ambientes.

O que se percebe é que a formação de profissionais de pedagogia enfrenta uma série de desafios, mas também oferece perspectivas promissoras no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior, porém há que se considerar que nem sempre é garantindo que eles estejam preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da educação e da sociedade como um todo.

As lacunas deixadas pela formação (ou falta dela) de parte desses profissionais impossibilitam uma compreensão mais profunda das necessidades das crianças e das práticas pedagógicas de maneira mais eficaz.

Por vezes a rigidez e limitação profissional impossibilita a adaptação do currículo e das atividades para atender às necessidades específicas de cada criança, promovendo assim um desenvolvimento menos equilibrado e inclusivo. Além disso, a formação teórica deveria fornecer subsídios para uma prática mais cuidadosa das interações entre as crianças e com os adultos, permitindo aos educadores identificarem oportunidades de aprendizado colaborativo e promover habilidades socioemocionais essenciais, como a empatia, a resolução de conflitos e a comunicação eficaz.

Um dos principais desafios é garantir que as interações pedagógicas sejam realizadas de forma ética e respeitosa, preservando a privacidade e a dignidade das crianças. Ao observar as crianças em seu ambiente de aprendizagem, os educadores infantis deveriam poder identificar seus interesses, habilidades e desafios individuais. Além disso, é importante que os educadores estejam conscientes de seus próprios preconceitos e suposições, a fim de evitar interpretações tendenciosas ou estereotipadas do comportamento das crianças.

Um dos grandes desafios na formação dos educadores infantis é a necessidade de se manterem atualizados sobre as novas teorias e práticas na área da educação infantil.

O avanço das pesquisas científicas e das tecnologias educacionais exige que esses profissionais estejam em constante processo de aprendizagem para que suas práticas reflitam as melhores evidências disponíveis.

Além disso, os educadores enfrentam obstáculos como a falta de recursos e o apoio insuficiente das instituições.

A sobrecarga de trabalho, o baixo financiamento e a escassez de oportunidades de desenvolvimento profissional limitam, muitas vezes, a capacidade dos educadores de oferecer uma educação de qualidade às crianças.

Diante desses desafios, é essencial que os educadores contem com o suporte necessário das instituições educacionais, das secretarias de educação e da sociedade. Investir na formação e no desenvolvimento desses profissionais é, acima de tudo, investir no futuro das crianças e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações Finais

Este estudo se propôs a explorar a formação profissional para atuação na Educação Infantil, analisando os desafios enfrentados pelos profissionais, as práticas de formação continuada e os impactos dessas iniciativas na qualidade do ensino oferecido.

Nas últimas décadas, a formação de pedagogos à distância tem se destacado como uma alternativa promissora para a qualificação de profissionais da educação, diante das demandas crescentes por flexibilidade, acessibilidade e inovação no campo educacional. Ao longo deste estudo, foi possível observar alguns desafios e as potencialidades dessa modalidade de formação, bem como seus impactos na prática pedagógica e na atuação dos futuros pedagogos.

Os resultados desta pesquisa indicam que a formação de pedagogos enfrenta desafios significativos, como a falta de interação presencial, a necessidade de adaptação dos conteúdos ao ambiente virtual e as dificuldades técnicas dos estudantes. No entanto, também se evidenciam vantagens importantes, como a flexibilidade de horários, o acesso a conteúdo de qualidade e a democratização do ensino superior.

O surgimento imperativo de obtenção de informação via tecnologia pode trazer vantagens e/ou comprometimento na construção de saberes. Esse é um próximo capítulo para a história futura.

É fundamental reconhecer que a formação de pedagogos à distância não substitui completamente o ensino presencial, mas complementa e amplia as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, é importante investir em estratégias pedagógicas inovadoras, que valorizem a interação e a colaboração entre os participantes, bem como o uso criativo das tecnologias digitais.

Além disso, é imprescindível garantir a qualidade e a eficácia dos cursos de formação, por meio de uma constante avaliação e atualização dos conteúdos, metodologias e recursos utilizados. A formação de profissionais para o atendimento ao aluno e a oferta de suporte técnico aos estudantes também se mostram essenciais para o sucesso dessa modalidade de ensino.

Faz-se necessário um compromisso contínuo com a inovação e a qualidade, a fim de garantir que essa modalidade de formação atenda às necessidades e expectativas dos estudantes e do campo educacional como um todo.

Ao longo deste trabalho, buscou-se evidenciar algumas dimensões que envolvem a formação de professores e auxiliares na Educação Infantil, desde a revisão crítica da literatura até a investigação empírica de práticas de formação em contextos reais. A pergunta central que buscou-se responder a partir desta pesquisa é: “Qual a importância da formação do professor na Educação Infantil?”

Espera-se que as conclusões e recomendações resultantes deste estudo contribuam para informar políticas educacionais, práticas pedagógicas e iniciativas de formação profissional que visem aprimorar significativamente a qualidade do ensino na Educação Infantil, garantindo assim um início sólido e promissor na jornada educacional das crianças.

No que diz respeito à atuação de professores e auxiliares na Educação Infantil contemporânea, e, circunscrevendo a pesquisa ao cenário de uma escola particular, foi possível observar alguns resultados.

A distância entre as necessidades das crianças e as práticas educacionais está diretamente ligada à compreensão dos objetivos pedagógicos por parte dos professores. Estes, por sua vez necessitam compreender a prática do ensinar como um instrumento de identificação de interesses e capacidades das crianças: o que só é possível com base no contínuo aperfeiçoamento da observação e atualização pedagógica.

Em que pesem a rigidez curricular e as limitações materiais a aptidão pedagógica pode, e deve responsabilizar-se pelo processo de desenvolvimento das crianças sob sua tutela, incrementando o conhecimento profissional, alimentando o interesse pelo novo e, sobretudo, alinhando-se ao caminhar das técnicas e processos educacionais, de modo a conviver harmonicamente com o progresso da educação.

Com base nos resultados, algumas recomendações práticas e políticas são elencadas na busca de aprimorar a formação profissional na Educação Infantil. Isso inclui sugestões para superar os desafios identificados, promover estratégias eficazes de formação continuada e fortalecer a integração do cuidado com o processo de ensino. O intento dessa pesquisa foi fornecer uma visão (ainda que parcial) das práticas e desafios na formação profissional em Educação Infantil, contribuindo para a compreensão das áreas que demandam maior atenção e intervenção para promover uma educação de qualidade para as crianças em idade pré-escolar.

O desafio está em uma nova educação que questione a formação tradicional dos profissionais da educação, ajudando os/as educandos/educandas a descobrir os limites e das possibilidades que a infância oferece. É essencial compreender que não há uma verdade única e absoluta sobre o desenvolvimento humano; no entanto, é fundamental buscar uma ética na educação que permita criar novas formas de relação com o conhecimento e com os outros. Isso ajuda a evitar a massificação e a padronização dos comportamentos, promovendo a diversidade e a individualidade.

Referências

AGUIAR, M. A. & SCHEIBE, L. Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de Pedagogia em questão. Educação e Sociedade. Campinas: n.68, dezembro/1999, pp.220-238.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPp). Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil. São Paulo, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/diretrizes-da-forma%C3%A7%C3%A3o-de-psicopedagogos-no-brasil>.

ARCE, A.. Jardineira, Tia Ou Professorinha: A Realidade Dos Mitos. 1997.

BOSSA, N. A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº1190 de 04/04/1939. Organiza a Faculdade Nacional de Filosofia.88 1939. Disponível em www.senado.gov.br.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Estadual da Educação. Resolução CNE/CP 1/2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jan 2024.

CAMPOS, M. M. M. A Educação da criança de 0 a 6 anos na legislação. In: ROSEMBERG, F. (org.). Creche São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1999. p. 236- 51.

CRUZ, Giseli Barreto da. Didática e docência no ensino superior. Rev. bras. Estud. pedagog. Brasília, v. 98, n. 250, p. 672-689, set./dez. 2017.

FEITOSA, G. Formação de professores e as tecnologias digitais: a contextualização da prática na aprendizagem. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019

FLÔR, D. C.; DURLI, Z., organizadoras. Educação infantil e formação de professores. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012. 256 p.

FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, T. (org). Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KUHLMANN JR., M., (2000). Educando a infância brasileira. In: LOPES, E.M.T.; FARIA ILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, p. 469-496

KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (Orgs.). Educação infantil: Formação e responsabilidade. Campinas: Papyrus, 2013. p. 309-331.

MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo: Papyrus, 2000.

NOFFS, N. A. Psicopedagogo na rede de ensino: a trajetória institucional de seus atores-autores. 2ª ed. São Paulo: Ed. Elevação; 2008.

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: NÓVOA, Antônio (Org.). Formação contínua de professores: realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991

NÓVOA, A.. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, C.C. A formação superior de professores através de mídias interativas. 2005. Tese (Doutorado) - Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

PIMENTA, Selma G. O estágio na formação de professores-unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1994

PRADO, M. E. B. B e VALENTE, J. A. A Educação a Distância possibilitando a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998